



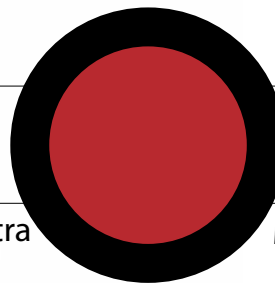
Campanha

2010

Ponto Final

na violência contra

Mulheres e Meninas



Red de Salud de las
Mujeres Latinoamericanas
y del Caribe, RSM/LAC



Introdução ●●●

A Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe (RSMLAC) desde sua fundação defende o direito das mulheres e meninas de viver uma vida livre de violências, traçando nesta direção diversas estratégias de ação. Foi assim, que em 2007, em conjunto com a Oxfam-Novib, lançou as bases de um processo em consenso com organizações afiliadas para promover mudanças sociais e de comportamentos dirigidos a erradicar as diferentes expressões de violência contra mulheres e meninas, tendo como referência a experiência da campanha de Oxfam no Sul da Ásia e África, chamada “We Can Stop all Violence Against Women”. É assim que surge a Campanha **Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas**, focalizada na região Latinoamericana e no Caribe.

Textos:

Dinys Luciano

Development Connections

Produção jornalística:

Ynga Villena, Maritza Vergara

Oficina de Coordinación Regional RSMLAC

Desenho:


www.controlzeta.cl

Fotografias:

RSMLAC - Campaña Punto Final a la Violencia Contra las Mujeres

Publicado por:

RSMLAC - Campaña Punto Final a la Violencia Contra las Mujeres



¡BASTA
DE
VIOLENCIA!

● Qual é o contexto onde esta campanha se desenvolve e quais os desafios que tenta responder?

A violência contra as mulheres, VCM, é um dos problemas de direitos humanos mais extensos no mundo inteiro; a América Latina e o Caribe (ALC) não são exceções. Efetivamente, na região entre 25% e 69% das mulheres informa ter sofrido violência em sua relação de casal em algum momento de sua vida, em quanto que entre 5% e 46% das meninas têm experimentado alguma forma de abuso sexual. A violência em encontros e namoros também é frequente, assim como o femicídio, a exploração e tráfico sexual de mulheres e a violência contra as mulheres em situações de conflito armado e desastres naturais. Ainda que muitos esforços tenham sido desenvolvidos tanto pelos governos como pela sociedade civil para enfrentar esta situação, o cotidiano das mulheres e meninas não alcança ainda uma vida livre de violências.

Durante os últimos trinta anos, o movimento feminista e de mulheres na ALC tem dado primazia a este tema na sua luta contra a desigualdade, discriminação e inequidades de gênero. Como resultado, se tem implementado políticas públicas e traçado modelos de atenção integral e prevenção, com diferentes níveis de intervenção e grupos de população abordados. Ainda, neste âmbito foram aprovadas numerosas leis, normas e protocolos. No entanto, apesar destes avanços, os costumes e atitudes sociais que sustentam, aceitam e avalizam a VCM estão disseminados em todos os níveis: famílias, comunidades, instituições públicas e privadas, na linguagem e na cultura.

As crenças e imaginários sociais sustentam, por exemplo, que as mulheres têm menos valor que os homens e, por tanto, devem estar subordinadas ao

seu domínio e controle em todos os âmbitos. Assim, esta construção patriarcal reforça um padrão discriminatório que limita seus direitos e oportunidades em todas as esferas de suas vidas, padrão que não tem sido suficientemente desafiado. Isto explica o rigor e extensão da violência e outras expressões de discriminação para com as mulheres em pleno século XXI, as quais inclusive têm aumentado em alguns países da região.

Por exemplo, estudos têm revelado que os níveis de aceitação social da VCM são mais elevados quando ocorre uma situação que “ameaça” os papéis tradicionais designados às mulheres: negativa a ter relações sexuais com o marido, ou seja, cumprir com o seu “dever conjugal”; infidelidade; falta de atenção aos filhos, filhas e ao marido. Por sua vez, as mulheres procuram não pedir ajuda porque: acreditam que a violência que as atinge é normal ou inevitável; temem que ao denunciar a violência aumentará; sentem medo de perder os filhos e as filhas; sentem vergonha ao abalar a reputação familiar; temem destruir a situação econômica-familiar; percebem uma resposta institucional fraca (não adianta nada procurar ajuda); não sabem para onde ir; não confiam nas instituições de ajuda; a precariedade dos mecanismos de proteção e atenção é uma barreira para a aplicação de justiça.

Não obstante, a evidência disponível indica que as intervenções integrais que abrangem todos os fatores determinantes da VCM resultaram ser mais efetivas gerando uma redução da aceitação social do problema, ao mesmo tempo que se desenvolvem as respostas necessárias para preveni-la, atendê-la e sancioná-la.

A Campanha ●●●

A partir deste cenário, a **Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas** tem como proposta abordar a erradicação da aceitação social da VCM, em todas as suas formas, assim como a discriminação que atinge às mulheres, enquanto sustenta e reforça dito fenômeno. Para isto, se propõe a seguinte meta:

- **Eliminar a aceitação social de todas as formas de violência contra as mulheres focalizando a ação, principalmente, na mudança de padrões culturais.**

E seus objetivos são:

- **Impulsionar uma mudança nas crenças sociais e atitudes** relacionadas com a discriminação, as desigualdades e inequidades de gênero que sustentam e promovem a VCM na América Latina e o Caribe.
- **Gerar uma posição coletiva** desde os diferentes setores da comunidade e fortalecer a resposta social e institucional para prevenir a VCM.
- **Fortalecer as redes de mulheres** para: visibilizar e denunciar a problemática da VCM; exigir e incidir na promoção de mudanças nos níveis institucionais e culturais; desenvolver um trabalho conjunto na prevenção da VCM.



Mudanças sociais ●●●

Esta Campanha, por tanto, aborda as diferentes tipologias do fenômeno da VCM, estabelecendo que cada país poderá agir prioritariamente sobre uma ou várias formas de violência, segundo seu contexto. Por isto abrange:

- Violência por parte do casal.
- Violência sexual fora do casal (extrafamiliar)
- Femicídio
- Exploração sexual e tráfico de mulheres
- Assédio sexual no trabalho, centros educativos, nas ruas e outros lugares
- Violência contra as mulheres em contextos específicos (conflito armado, desastres naturais)
- Outras formas de violência que sejam identificadas na análise situacional.

E, ainda, se propõe a elaboração de uma lista de atores relevantes e a avaliação de conhecimentos, atitudes e experiências das populações que forem selecionadas em cada lugar.

Uma importante lição aprendida na luta para eradicar a VCM na ALC e desenvolver estratégias de prevenção primária, é que **a simples informação não é suficiente para gerar mudanças positivas e mantidas no tempo e que “a mudança de atitudes e a sensibilização parecem ser muito mais simples que a modificação das condutas violentas”**. A partir disto, a estratégia proposta é trabalhar na prevenção, acompanhada e reforçada com uma ampla mobilização social aberta à reflexão sobre a VCM como violação de direitos humanos e como expressão de discriminação contra as mulheres. A Campanha “We Can”, inspiradora desta iniciativa, fundamenta sua ação precisamente na criação de um movimento social contrário à VCM.

A RSMLAC, a partir da experiência do movimento de luta contra a VCM na região, sustenta que a criação e permanência de um movimento deste tipo deveria cumprir com os seguintes elementos:

- **Grupo de pessoas que compartilham a visão política** de que a VCM é uma violação aos Direitos Humanos (DDHH) e que a sociedade deve enfrentá-la.

Coletiva posição

- **Visão ideológica** que vincula **estratégias e ações para a obtenção de seus propósitos**, e seus resultados e impacto são mensuráveis no tempo.
- **Incorporação de outras pessoas através de alianças** para atingir mudanças de atitudes com respeito à VCM as que, por sua vez, são difundidas aos grupos de pelo menos 10 pessoas (isto implica um processo de réplica e ampliação permanente). Também, se consideram organizações já existentes nos diferentes espaços comunitários.
- **Incorporação de líderes de opinião e ativistas com competências para mobilizar, educar, organizar e comunicar coerentemente a missão, visão, estratégias e ações do movimento** à população em geral, e aos subgrupos da população.
- Elaboração de **mensagens chave para as audiências** selecionadas.
- **Utilização dos diferentes cenários políticos e sociais a nível macro** para avançar nos objetivos do movimento.

Por outro lado, Alexandra Guedes, a pedido do Escritório da ALC de Oxfam-Novib, analisou em 2007 as estratégias de mudança de comportamento para abordar a violência de gênero na ALC e assim contar com uma perspectiva geral das iniciativas recentes neste âmbito e compartilhar algumas lições aprendidas. Concluiu que nestes processos é necessário¹:

- Promover mudanças de baixo para cima.
- Assegurar o que concerne à cultura e adequar as intervenções.
- Confrontar os papéis de gênero e promover a equidade de gênero.
- Considerar homens e me ninos.
- Questionar os papéis existentes, sem prescrever condutas em particular.
- Utilizar estratégias múltiplas e trabalhar em conjunto.
- Reconhecer que a mudança é um processo complexo que requer investimento a longo prazo, assim como também avaliações.
- Não prejudicar.
- Considerar as necessidades imediatas das sobreviventes da violência.

¹ Guedes, Alessandra. 2007. Behavior change strategies for addressing gender-based violence in Latin America and the Caribbean. Oxfam Novib.

●●● Estratégias: enfoque geral²

- A Campanha oferecerá uma plataforma comum para organizações e pessoas através da qual enfatiza o empoderamento das mulheres que sofrem ou têm sofrido violência nas comunidades selecionadas de cada país. Isto promoverá sinergias e impactos através de uma campanha coordenada e com audiências identificadas.
- As estratégias da Campanha responderão ao contexto social, cultural, político e econômico de cada comunidade selecionada; portanto, terá diferentes áreas ou focos de interesse.
- As e os agentes de mudança – mulheres e homens comuns – ajudarão na modificação das atitudes e práticas sobre a violência e a discriminação das mulheres em suas comunidades. Serão parte integral da Campanha.
- As organizações das alianças sociais, junto com as e os agentes de mudança, disseminarão mensagens relativas à VCM como um fenômeno inaceitável, sobre a importância das relações igualitárias e livres de violência entre mulheres e homens, e como as atitudes e práticas negativas para com as mulheres podem e devem mudar.

2 Adaptação: "We can" Objectives and Strategies. Acessível: <http://www.wecanendvaw.org/objectives-strategy>



Aliadas/os da Campanha

A construção de alianças é uma peça chave para assegurar a sustentabilidade da Campanha. Um grupo inicial de organizações com as que as afiliadas da RSMLAC têm uma história de trabalho conjunto, conforma a aliança que impulsiona a Campanha. Gradualmente, as alianças se ampliarão para incluir outras organizações da sociedade civil, instâncias governamentais, agências internacionais, organizações educativas e estudantis, sindicatos e outros.

As alianças nacionais/locais guiam o traçado da Campanha com atividades para o público em geral e para as tomadoras/es de decisão, para mudar normas sociais e leis discriminatórias que promovem a VCM, assim como para fortalecer e ampliar as redes existentes. É importante estabelecer mecanismos de coordenação com outras campanhas que se referam à VCM e/ou temas conexos, tais como direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos, HIV/DST, ou outros.

As alianças nacionais e a Coordenação Regional da Campanha trabalham com:

- **Grupos da sociedade civil e outras redes** que procuram eliminar a VCM em suas comunidades, e mantêm vínculo personalizado com a população e podem influir em suas opiniões.
- **Pessoas e comunidades em cada localidade** selecionada que decidam desafiar as normas e práticas sociais que sustentam a VCM.
- **Instituições educativas**, incluindo as escolas, universidades, centros de formação técnico-profissional, nas quais estudantes e trabalhadoras/es podem ser agentes de mudança, e transformar atitudes e práticas discriminatórias de gênero.
- **Meios de comunicação locais**, nacionais e regionais que possam gerar debate público sobre as discriminações, desigualdades e inequidades de gênero, e seu vínculo com a VCM.
- **Celebridades que possam patrocinar** a Campanha e conseguir apoio massivo para esta iniciativa.





civil
Sociedade

Agentes de mudança e Mentoras/es

- A Campanha permite que as pessoas possam ajudar a outras a mudar suas percepções e práticas. Nesta interação, aprendem entre elas e iniciam um processo de ação coletiva em articulação com outros processos políticos, sociais e culturais, o que gera uma mudança individual e coletiva diante da VCM. O mencionado processo tem o poder de transformar as condutas individuais e as relações interpessoais, e também trabalha com grupos de agentes de mudança que estão involucradas/os em um processo de concientização-ação como pessoas e como grupo. A mudança de atitudes pode ser estimulada e reforçada, mas nunca forçada.
- As e os agentes de mudança são pessoas interessadas em sua mudança pessoal e em motivar a outras para que nos ambientes que os rodeia – famílias, relações interpessoais, comunidade, lugar de trabalho e/ou estudo – surjam atitu-

des e condutas positivas para com as mulheres e sejam reconhecidas como sujeitas de direitos. Assim, são favorecidas normas alternativas de relação.

- Podem ser pessoas de todas as idades, desde menores até os adultos da terceira idade, de qualquer condição socioeconômica, lugar de residência, etnia/raça, orientação sexual, status migratório, estado de saúde, capacidades diferentes, ou outros.

Por sua vez, as/os Multiplicadoras/es são pessoas voluntárias interessadas em acompanhar, orientar, dar apoio, estímulo, solidariedade, às e os agentes de mudança para produzir transformações nas diferentes esferas de suas vidas em torno à VCM. Trabalham sob a coordenação das organizações integrantes das alianças nacionais da Campanha, e recebem capacitação, retroalimentação e supervisão.



O desafio ●●●

Finalmente, “porque a violência contra a mulher constitui uma violação de seus direitos humanos e liberdades fundamentais”..., “porque a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens...”, porque “o direito de toda mulher a uma vida livre de violência inclui, entre outros: o direito de ser livre de toda forma de discriminação,

e a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação” (Convenção de Belém do Pará, 1994 e Lei Maria da Penha, 2007, no Brasil), a Campanha Ponto Final está convencida que a VCM pode ser erradicada de nossas sociedades, com esforços somados, que nos comprometem a todas e a todos.

Elementos ético-políticos ●●●

- A VCM é um problema estrutural em nossas sociedades que reflete a desigualdade de poder entre mulheres e homens, e cujas manifestações são múltiplas e estão presentes tanto no público como no privado.
- O Estado deve garantir o direito das mulheres de viver livres de violência, e é a entidade responsável de prevenir, erradicar e sancionar a VCM.
- A VCM é um fenômeno polimorfo e tem dimensões e características específicas segundo cada contexto político, econômico, social e cultural. Para sua prevenção, se requer um enfoque de gênero e feminista que aborde integralmente suas diferentes manifestações, assim como uma abordagem multisetorial.
- A Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas estará focalizada na defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres e seu reconhecimento como sujeitas de direito, não somente no formal, mas também na prática cotidiana, e como agentes centrais para conseguir mudanças sociais sustentáveis.
- A Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas, não é um fim em si mesma, mas um meio para conseguir uma intervenção mais ampla no contexto social através da criação de um movimento social amplo dirigido a desafiar, denunciar e erradicar a discriminação das mulheres em nossa sociedade. Incorpora, ao mesmo tempo, a interculturalidade que caracteriza a região e reconhece as diferenças de suas cosmovisões.
- O sustento teórico desta proposta tem como base o sistema internacional de direitos humanos, especialmente, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, CEDAW; a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” e a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, da ONU.

Campanha

2010

Pont  **Final**

na violência contra

Mulheres e Meninas

www.campanapuntofinal.org

com o apoio de

